



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ATA N.º 18

12.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, António Adriano Pires Ventura, Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, Sara Cidrais Cid, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Magda Mão de Ferro (em substituição de Amândio Valente, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Manuel Luís Canhoto (em substituição de Branca Santana, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Manuela Pedroso (em substituição de Ana Carneiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Páscoa Alentejano, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Diogo Júlio Serra, Manuel Marques (em substituição de Vera Alexandra Caixeiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Candeias Ricardo, Manuel Joaquim Lação Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Vera Barbas (em substituição de Bruno Calha, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Joaquim Rebelo (em substituição de Artur Jorge Coelho Correia, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação). -----

A Presidente da Mesa, Constantina Henriques, deu por aberta a sessão eram 21:25 horas, começando por saudar e desejar felicidades e um mandato profícuo aos doze deputados eleitos, Luís Testa e Cristóvão Crespo.

Tomada de posse

Na sequência da renúncia ao mandato do membro da Assembleia Fernando Areias, a Presidente da Mesa chamou Ana Luísa Mieiro Carneiro, para que tomasse posse como membro efetivo da Assembleia Municipal de Portalegre, por ser quem se lhe seguia na lista do CLIP. ---

Prestado juramento e tendo tomado posse o novo membro da Assembleia, a mesma, por razões de maternidade, apresentou de imediato pedido de suspensão do seu mandato por 40 dias, que foi aceite por todos os presentes, tendo entretanto sido substituída naquela sessão por Manuela Pedroso. -----

Intervenção do Público:

A Presidente da Mesa da Assembleia informou o público presente na sala, que em conferência de Representantes tinha sido definido que o período de intervenção dos cidadãos era de 20 minutos e perguntou aos presentes se alguém pretendia intervir. -----

Não se registou qualquer intervenção por parte do público. -----

Período Antes da Ordem do Dia:

A Presidente da Mesa deu conhecimento aos presentes da correspondência recebida. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse não ter tido conhecimento atempado da convocatória, para poder estar presente na reunião de toponímia. -----

A Presidente da Mesa referiu que a reunião não se realizou por falta de quórum e que se iria realizar nos próximos dias. -----

Voto de pesar - CLIP (João Cardoso)

“No passado dia 13 de novembro, a Europa foi alvo de um novo atentado terrorista que vitimou 130 pessoas.

Este número acresce às 17 vítimas dos atentados que ocorreram entre 7 e 9 de janeiro, também em Paris, às 33 vítimas dos atentados de Ankara em outubro, às 22 vítimas do ataque ao Museu Nacional do Bardo na Tunísia em março, às 147 vítimas do atentado na Universidade de Garissa no Quênia em abril, à vítima do atentado de Copenhaga em fevereiro, às 39 vítimas do atentado de Sousse na Tunísia em junho, às 33 que morreram no atentado de Suruç em julho, à que morreu no atentado terrorista a uma fábrica de gás de Saint-Quentin-Fallavier em França em junho, aos 25 que foram mortos num atentado suicida a uma mesquita xiita na capital do Kuwait em junho, às vítimas dos atentados de Beirute no Líbano em novembro, entre tantas outras vítimas de atentados terroristas que já marcaram a história da humanidade, neste ano de 2015.

Os direitos e liberdades fundamentais da humanidade estão a ser postos em causa por uma escalada de violência, fruto de um radicalismo que é inadmissível.

A violência nunca é solução para os problemas, deve sempre imperar a paz e a tolerância.

A Assembleia Municipal de Portalegre manifesta assim o seu mais profundo pesar e incondicional solidariedade às famílias de todas as vítimas e condena de forma veemente todos os atos de terrorismo.

O conteúdo deste voto deve ser endereçado aos países onde decorreram estes atos terroristas através das suas representações diplomáticas em Portugal.”

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 28 presenças aprovar o voto apresentado pelo CLIP. -----

Declaração política - CLIP (João Cardoso)

“Nesta que é a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre realizada após as últimas eleições legislativas, o grupo municipal da CLIP, saúda e felicita os dois deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Portalegre, que por coincidência são também portalegrenses e membros desta Assembleia Municipal, desejando a ambos o maior sucesso no desempenho dos respetivos mandatos.

Ao novo governo de Portugal, que ontem foi empossado e iniciou funções, apresentamos também uma particular saudação e votos de um trabalho positivo e profícuo, esperando que da sua ação possa resultar benefício para o país e para a nossa região, em particular.

Ao Senhor Primeiro Ministro, Ministros e Secretários de Estado (alguns dos quais, por força de funções anteriormente desempenhadas, conhecem bem a nossa realidade), gostaríamos de reiterar, desde já, algumas reivindicações e aspirações antigas de Portalegre (concelho e distrito), e que, pela sua importância estratégica, muito gostaríamos de ver concretizadas na presente legislatura:

- 1 - Manutenção do Centro de Formação de Portalegre da Guarda Nacional Republicana e construção das suas novas instalações (prometidas pelo atual primeiro ministro, dr. António Costa, quando era ministro da administração interna do governo liderado por José Sócrates);
- 2 - Construção da barragem do Pisão;
- 3 - Manutenção e reforço do transporte ferroviário de passageiros na linha do Leste;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

4 - Conclusão ou requalificação de alguns eixos rodoviários fundamentais (o IC13 e a sua conclusão até Espanha, o IP2 - variantes a Fortios e a Portalegre e a ligação de Portalegre à fronteira do Caia, entre outros);

5 - Medidas concretas e eficazes de apoio e incentivo ao investimento e fixação de empresas no interior do país;

6 - Manutenção e reforço do papel e da presença de organismos e entidades públicas no distrito.

Pedimos também uma particular atenção à questão do financiamento das autarquias locais. Por razões diversas, entre as quais se encontra, por exemplo, a diminuição dos fundos provenientes do orçamento do estado e a redução das receitas próprias, por via das taxas e impostos municipais, muitas autarquias têm-se visto confrontadas com uma situação económica financeira cada vez mais difícil e constrangedora, e atravessado dificuldades crescentes para cumprirem as suas obrigações e para exercerem as suas atribuições e competências. O Partido Socialista (em consonância, aliás, com as posições defendidas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses) criticou, desde sempre, a atual lei das finanças locais, bem como os mecanismos de apoio financeiro às autarquias, criados pelo anterior governo; em particular por fazerem refletir nos munícipes alguns dos ónus da adesão aos mesmos.

Esperamos e tudo deveremos continuar a fazer, para que estas anteriores críticas e preocupações tenham agora uma tradução concreta, em termos de uma mudança de atitude e da implementação de novas medidas de apoio ao poder local, por parte do novo governo.”

Declaração - Independente (Jorge Isidro)

“Desde já quero esclarecer que não estou nesta Assembleia contra ninguém, mas também não estou para agradar a quem quer que seja.

Estou aqui para defender os interesses de Portalegre e dos portalegrenses como sempre fiz e continuarei a fazer!

Dito isto, entendo que devo fazer um balanço dos 2 anos de mandato deste executivo:

Tenho a perfeita consciência das dificuldades que existem na gestão de uma autarquia cuja dívida é do montante que todos conhecemos.

E pela minha experiência profissional tenho a consciência de que nestas situações temos de ser mais rigorosos nas tomadas de decisão e promover o debate de ideias!

Nestes dois anos de mandato a Senhora Presidente da Câmara não fez nem uma coisa nem outra, a Presidente começou por fazer um conjunto de promessas aos portalegrenses através do seu programa eleitoral, como por exemplo:

- Mais preocupação com as pessoas;
- Mais participação dos cidadãos na vida da autarquia;
- Mais emprego;
- Mais riqueza;
- Mais desenvolvimento;
- Mais qualidade de vida;
- Mais desporto;
- e mais turismo.

O problema é que nestes 2 anos de mandato as propostas não saíram do programa eleitoral!

V.^a Ex.^a mentiu aos portalegrenses e aos membros das suas equipas.

Mas também mentiu aos seus opositores, porque disse que queria trabalhar com todos, que o clip era diferente dos partidos políticos.

E o que constatamos hoje, passados 2 anos de mandato, é que V.^a Exa. ignora os vereadores da oposição, muitas vezes até os seus vereadores, os membros da assembleia municipal das várias forças políticas e também do grupo clip.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Mas V. Exa entendeu que sozinha resolvia melhor os problemas e quando lhe perguntávamos qual era a estratégia para Portalegre, respondia que a estratégia era pagar a dívida.

Pois bem Sr.^a Presidente, mas qualquer estratégia necessita de um conjunto de medidas que contribuam para que as coisas aconteçam e a verdade é que essas medidas nunca surgiram.

A estratégia que V. Exa defendia, não passava de uma vontade, queria que acontecesse mas não fazia nada para o conseguir.

Até que chegou o momento em que as coisas se complicaram, as receitas diminuíram e teve de reconhecer que aquela estratégia estava errada, então decide optar pela estratégia do FAM.

Ou seja, V. Ex.^a optou pela estratégia de entregar as decisões do nosso conselho a outros, implicando entre outras coisas um enorme aumento de impostos.

Se antes estávamos mal, se o FAM for aprovado ainda vamos ficar pior!

Dizia V. Exa no programa eleitoral:

“Que se envolvia neste projeto tão-somente a favor de Portalegre e de todos os Portalegrenses.”

- Mas o que temos hoje, são os Presidentes das juntas de freguesia que não conseguem cumprir com o que prometeram as populações porque a autarquia entrega-lhes mais responsabilidades e menos dinheiro.

- Temos uma Câmara que voltou as costas às associações e coletividades, que não recebem qualquer apoio por parte da autarquia, como por exemplo o Sport Clube Estrela e o Clube Desportivo Portalegrense que tem em conjunto cerca de 500 atletas a quem proporcionam a prática desportiva diariamente durante cerca de 11 meses no ano, que vem concelhos vizinhos atribuir 80.000€ aos seus clubes com cerca de 50 atletas e eles com todos aqueles atletas vêm a autarquia vira-lhes as costas e muitas vezes para além do tempo também tem de colocar dinheiro do próprio bolso para manterem as coisas a funcionar.

- Uma autarquia que vira as costas aos jovens e a quem pratica o associativismo, por exemplo os jovens tem de treinar praticamente às escuras porque os focos dos estádios estão fundidos ou desligados.

Os jovens que, após a sua formação académica, querem entrar no mercado de trabalho são obrigados a abandonar a sua terra porque não têm emprego.

- Os empresários e comerciantes, que em vez de terem uma autarquia a seu lado para os ajudar a ultrapassar as dificuldades, ainda lhes cria mais dificuldades!

Com uma zona industrial cujas infraestruturas não estão concluídas e quando existem problemas a autarquia leva mais de um ano para os resolver.

- O comércio tradicional a fechar portas;

- Um conselho com menos pessoas e com uma população envelhecida;

- Um conselho mais sujo, mais escuro e com mais buracos nas estradas;

Senhora presidente, as políticas implementadas por V. Exa nestes dois anos contribuíram para a destruição do nosso conselho.

Temos uma câmara completamente à deriva, sem estratégia, sem ideias e sem projetos.

A situação só não é pior porque V. Exa tem ao seu dispor um conjunto de funcionários que se dedicam e empenham na resolução dos problemas, a quem V. Exa não dá valor, porque admite pessoas para funções que não são necessárias que só a senhora presidente sabe porque os admite e esquece os funcionários da autarquia que ganham pouco e não são aumentados a anos!

Mas V.^a Exa. não se pode queixar da oposição porque tem obtido ideias e contributos para os vários problemas de todas as forças políticas e do independente que sou eu, que tem ignorado constantemente.

Senhora presidente, fiz um conjunto de críticas à sua gestão, por isso tenho a obrigação de apresentar soluções, o que sempre fiz, pois considero que não chega dizer que está mal. Devemos apontar caminhos, embora a senhora presidente não tenha a humildade para ouvir e analisar as propostas que lhe são apresentadas, sinto-me na obrigação de as apresentar, por isso volto a apresentar algumas novamente:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Logo que assumiu a presidência deveria ter solicitado uma auditoria as contas da autarquia e realizado uma análise ao funcionamento da mesma.

- Deveria ter feito uma análise ao conselho servindo-se dos seus conhecimentos e de varias opiniões, para definir qual o produto ancora, ou seja, em que é que devemos apostar que dependa de nós e que possa servir os nossos interesses.

Em posse destes elementos elaborar um plano estratégico, tinha o conhecimento da realidade:

- Sabia o que tinha;

- Sabia o que queria;

- Era definir os caminhos para alcançar os objetivos que pretendia.

Na construção deste documento deveria envolver as associações, coletividades, partidos políticos, sindicatos, etc.

Com o documento pronto estava em condições de fazer uma gestão rigorosa e envolver todos os portalegrenses na concretização dos seus objetivos.

Porque conhecia a realidade e apontava caminhos para resolver os problemas.

Várias vezes alertei para a necessidade em apostar no desenvolvimento económico, para a criação de um departamento de desenvolvimento económico, com o gabinete de apoio ao empreendedorismo.

Na ata que veio hoje à Assembleia está, em anexo a meu pedido, um conjunto de ideias que lhe dei à mais de um ano. Também está em declaração de voto na ata nº3 de 27/12/2013 um conjunto de alertas.

Senhora Presidente, V. Exa é que tem complicado a situação com a atitude do quero posso e mando e tem dado ouvidos a quem não deve, aqueles que querem mandar mas não sabem, nem tem a coragem de dar a cara nos momentos difíceis, gostam de andar na sombra!

Pergunto:

O que é que tem a dizer aos pais que veem partir os seus filhos, porque a sua terra não tem nada para lhe oferecer?

O que é que tem a dizer aos empresários e comerciantes que são obrigados a fechar os seus negócios porque tem cada vez menos clientes, porque há cada vez menos pessoas?

O que é que tem a dizer aquele jovem que vai treinar praticamente às escuras porque os focos não têm iluminação?

O que é que tem a dizer aos presidentes de junta de freguesia que não conseguem cumprir com o que prometeram, por causa da autarquia?

O que é que tem a dizer a quem pratica o associativismo que está em dificuldades e vai ter de fechar as portas?

O que é que tem a dizer aos idosos que têm reformas baixas e gastam muito dinheiro com os medicamentos e também têm de pagar o IMI no máximo, ou quase?

Em consciência, deve fazer uma análise ao trabalho que realizou e ao porquê de tantas críticas, inclusive a aprovação de uma moção de censura que nunca tinha acontecido em democracia, na Assembleia Municipal de Portalegre.

Termino dizendo que admiro a sua coragem e nada tenho contra a sua pessoa, tenho é uma visão diferente da situação em relação à da Presidente!”

ORDEM DO DIA:

1 - Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presentes os relatórios do executivo camarário respeitante à atividade municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Dada a palavra à Presidente de Câmara esta informou que o relatório era extenso e que estaria disposta a esclarecer as dúvidas levantadas em relação ao mesmo. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro perguntou à Presidente da Câmara quanto é que estava a ser cobrado ao Tribunal da Comarca de Portalegre pela utilização do Centro de Congressos da Câmara, para ali efetuarem julgamentos -----

A Presidente da Câmara referiu que o edifício do Tribunal de Portalegre era propriedade da Autarquia e que por isso entendia ter obrigação de dar boas condições ao mesmo, para que pudesse desenvolver as suas atividades enquanto decorressem as obras que o Ministério da Justiça iria efetuar no edifício. Portanto, do ponto de vista ético, havia a obrigação moral de ceder gratuitamente o espaço. -----

Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara como é que o relatório municipal era extenso se nem sequer havia uma informação política, nem qualquer enquadramento para tal atividade, nos últimos três meses e que o relatório apenas continha uma lista de atividades das reuniões em que a mesma tinha participado. Perguntou por que razão a varredura manual das ruas da cidade apenas era feita quando o serviço dispunha de trabalhadores para tal. -----

A Presidente informou que era precisamente o que estava escrito no relatório. Na área da limpeza tinham vários funcionários a reformarem-se e estava com falta de pessoal e que uma vez que a Autarquia não podia efetuar contratos tinha feito vários pedidos ao Centro de Emprego. Das vinte pessoas que tinha pedido, apenas sete compareceram. Atualmente já tinham algumas a recibos verdes e, de facto, era necessário perceber o que se estaria a passar ao nível do Centro de Emprego. -----

Diogo Serra interveio para dizer à Presidente que a solução não podia passar por trabalho escravo, com desempregados que não receberiam mais nada para virem fazer tarefas que deveriam ser feitas por funcionários municipais. -----

A Presidente da Câmara disse que havia programas que eram pagos, na totalidade, pela Câmara e que mesmo a esses não tinham comparecido candidatos. Informou que o POPH não tinha transferido verba para o Centro de Emprego. -----

Luís Testa perguntou qual era o mecanismo de contratação que a Presidente do Município utilizava para recorrer aos recibos verdes. -----

A Presidente respondeu que era por ajuste direto. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que não concordava com o modelo do relatório de atividades e que aquele, em particular, só mencionava o trabalho burocrático de uma repartição pública, mencionando apenas quantos documentos tinham entrado e saído. Não estava ali espelhado o papel nobre da Câmara. -----

2 - Ata n.º 17, relativa à reunião realizada em 28 de novembro;

Presente a ata n.º 17, relativa à reunião realizada em 28 de novembro. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor, dois votos contra (Luís Testa e Jorge Isidro) e oito abstenções (Ana Lopes, António Ventura, Rui Simplício, Manuel Marques, Vera Barbas, Sara Cid, Joaquim Rebelo e João Nuno), em 28 presenças, aprovar a ata n.º 17. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

3 - Proposta relativa à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) Derrama, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI); - Deliberações de 19.11.2015 e 27.11.2015 -

Presente Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), Derrama, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, de acordo com o número 2 do artigo 16.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais:

1. Fixar o percentual de 0,25 % relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2016;
2. Derrama de 0 %;
3. Fixar o percentual de 5 % relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2016;
4. A fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar em 2015, cuja liquidação será em 2016:
 - 4.1 - 0,4 % para os prédios urbanos, ao abrigo do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI;
 - 4.2 - Nos termos e para os efeitos do n.º 19 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovar as isenções contidas nos n.ºs 7 e 8 deste artigo, a saber:
 - a) São isentos de IMI os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação, por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos;
 - b) São isentas do IMI as aquisições de prédio urbano ou fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na «área de reabilitação urbana».
 - 4.3 - Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 6 a 9 e 14 do artigo 112.º do CIMI fixar:
 - a) Minoração em 30% do IMI dos lotes de terreno abrangidos pelos Planos de Pormenor da Zona Industrial (3.ª fase e expansão) devendo os proprietários requerer a minoração até 27 de novembro de 2015. Os proprietários dos lotes de terreno só podem beneficiar desta minoração se cumprirem os prazos e obrigações previstos no título de compra e venda, no Regulamento aplicável e nas prorrogações de prazos aprovadas pela Câmara Municipal.
 - b) Minoração em 30% do IMI de prédios urbanos localizados nas Zonas Históricas de Portalegre e Alegrete, que não tenham um estado de conservação mau (2) ou péssimo (1), devendo os proprietários requerer a minoração até 27 de novembro de 2015;
 - c) Minoração da taxa do IMI em prédios urbanos degradados, devolutos e em ruína que tenham um estado de conservação mau (2) ou péssimo (1) e que sejam objeto de reabilitação executadas em 2015, nos seguintes termos:
 - o Em 10%, se da reabilitação do edifício resultar um estado de conservação médio (3);
 - o Em 20% se da reabilitação do edifício resultar um estado de conservação bom (4);
 - o Em 30% se da reabilitação do edifício resultar um estado de conservação excelente (5);Estas minorações, se requeridas pelos proprietários até 27 de novembro de 2015, serão concedidas após verificação do estado de conservação do edifício, nos termos do Decreto-Lei n.º 266-B/2012 de 31 de dezembro;
 - d) A majoração de 30 % sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, para os quais a Câmara Municipal tenha determinado a execução de obras de conservação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e respetivas alterações, enquanto não forem iniciadas as obras intimadas, conforme listagem em ANEXO I;
- 4.4 - Nos termos do n.º 3, do artigo 112.º do CIMI as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI são elevadas ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e no caso de prédios em ruínas, conforme listagem em ANEXO II;
- 4.5 - Para efeitos da aplicação da taxa do IMI prevista no n.º 3 do artigo 112.º do CIMI, e em cumprimento do n.º 14 a 16 do mesmo artigo 112.º, que seja autorizada a Divisão de Administração Geral e Finanças, após a aprovação pela Assembleia Municipal a enviar os dados por via eletrónica à Direcção-Geral dos Impostos até 30 de novembro, com identificação dos artigos matriciais e números de contribuintes dos proprietários dos prédios urbanos que se encontrem nas situações supra referidas, para que se torne possível efetuar a liquidação do imposto em tempo oportuno;
- 4.6 - Que seja delegada na signatária, a autorização para proceder à retificação de eventuais situações que possam vir a detetar-se no decurso do ano de 2016, quanto aos pressupostos de majoração incorretamente valorados na presente deliberação, e a consequente comunicação ao Serviço de Finanças da regularização das mesmas em sede de IMI ou devolução das quantias já pagas.

A Presidente da Mesa lembrou aos presentes que tinha havido, naquele mesmo dia, uma reunião do executivo camarário, acerca do assunto em causa e que a Presidente da Câmara lhe tinha feito chegar um ofício, o qual passou a ler:

“Conforme consta no edital subscrito por V.ª Ex.ª encontra-se agendada, como ponto n.º 3 da ordem do dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre que hoje se vai realizar, a “Proposta relativa à taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), derrama, imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS) e imposto municipal sobre imóveis (IMI)”, tendo subjacente à mesma a deliberação tomada em reunião extraordinária da Câmara Municipal de Portalegre, realizada no dia 19 de novembro de 2015.

Apesar do trabalho realizado nos últimos anos e dos resultados entretanto obtidos - segundo dados publicados no anuário financeiro das autarquias portuguesas/2015, cerca de 11 milhões de euros (mais concretamente 10.695.602,00€), em termos de redução da dívida do município entre 2011 e 2014 - a verdade é que a autarquia continua numa situação de alguma fragilidade financeira, necessitando por isso de recorrer a um mecanismo que permita uma recuperação gradual e sustentada, com uma dIMIuição programada da dívida até ao lIMIte legalmente admissível.

Considera-se, pois, vital, para responder às necessidades do concelho e dos portalegrenses, reestruturar a dívida do município, garantindo a sua sustentabilidade financeira e tentando ganhar um novo “fôlego” e uma nova capacidade de investimento.

Na impossibilidade de reestruturar a dívida diretamente com a banca, bem como de recorrer ao saneamento financeiro (porque já nos encontramos nessa situação desde 2008), considerámos que a única alternativa que nos restava, neste momento e no atual contexto, seria o recurso ao Fundo de Apoio Municipal, o que nos obrigaria a proceder ao aumento da taxa do IMI até atingirmos o limite legal admissível de endividamento, o que se perspetiva possa ocorrer dentro de 3 anos, podendo então a questão do IMI ser reversível.

Foi neste contexto, e nesta conformidade, que propusemos ao executivo municipal a fixação da taxa do IMI em 0,5% para os prédios urbanos, proposta que mereceu aprovação por maioria e que agora é presente, como acima referido, à Assembleia Municipal de Portalegre.

Ouvidas as diferentes sensibilidades políticas, manifestadas nomeadamente na já referida reunião de Câmara de dia 19 de novembro de 2015, bem como declarações publicamente proferidas sobre o assunto por um dos eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal de Portalegre; e tendo em conta que em caso de não aprovação desta proposta na Assembleia Municipal, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

taxa de IMI, por força da legislação em vigor, passaria automaticamente para 0,3%, situação gravemente penalizadora, em termos de já de si escassas receitas municipais próprias, e que poria em risco o funcionamento da própria autarquia e a sua capacidade para assegurar as suas atribuições e competências para com os portalegrenses, decidi, e mereceu a concordância unânime do executivo, convocar uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Portalegre, para reanalisar esta situação, a qual se realizou às 09.00 horas do dia 27 de novembro de 2015.

Nesta reunião, e conforme documentos que se juntam, foram tomadas as seguintes deliberações:

1 - Deliberado por unanimidade revogar a deliberação tomada na reunião de Câmara de 19 de novembro de 2015, relativa à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, Derrama, IRS e IMI;

2 - Deliberado por maioria, com a abstenção do vereador Luís Pargana, aprovar proposta relativa à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, Derrama, IRS, e IMI.

Neste sentido, venho junto de V.^a Ex.^a solicitar que, no exercício da alta função que desempenha, e eventualmente em articulação com os grupos municipais que integram a Assembleia Municipal, seja retirado o ponto originalmente agendado como n.º 3 da ordem do dia da reunião de 27 de novembro da Assembleia Municipal, uma vez que a deliberação no mesmo constante mereceu revogação por parte da Câmara Municipal de Portalegre (cf. Ponto n.º 1, acima).

Mais solicito que, em seu lugar, possa ser apreciada, discutida e votada a nova proposta de fixação de taxas e impostos municipais, igualmente aprovada na referida reunião extraordinária de 27 de novembro (e referida no ponto n.º 2, acima).”

Face àquela situação, a Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia a proposta de retirada do ponto e de inclusão do novo ponto, em substituição do ponto que estava originalmente agendado. -----

No uso da palavra, Hugo Capote, em nome da CDU, perguntou à Presidente da Câmara o que é que acontecia aos outros pontos (Grandes Opções do Plano e Orçamento) se retirassem aquele, uma vez que foram feitos com base na aprovação de uma taxa de 0,5% de IMI. -----

A Presidente da Câmara disse que não lhe cabia a si dizer o que é que acontecia aos outros pontos, mas sim à Presidente daquela Assembleia Municipal, pois era quem agendava os mesmos. -----

Luís Testa esclareceu a Presidente da Câmara que a eventual introdução de um novo ponto ao edital e a sua eventual aprovação iria alterar a realidade que constava dos documentos previsionais que estavam para discussão nos pontos 4, 5, 6 e 7 da ordem de trabalhos. A questão que se colocava era saber qual a proposta da proponente, relativamente aos pontos seguintes, uma vez que a realidade ficava prejudicada em função da aprovação de um articulado posterior. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse supôr que fossem para retirar, uma vez que os pressupostos foram alterados. Portanto, teriam de apresentar uma nova proposta que fosse coerente com aquilo que estava a ser proposto. -----

No uso da palavra, Miguel Serafim disse, em nome da CLIP, que o que faria sentido seria alterar não só o pressuposto relativo à taxa do IMI, mas outros pressupostos que resultariam de um possível acesso ao FAM. Caso contrário, não faria sentido estarem ali a discutir os documentos relativos aos pontos seguintes da ordem. -----

Hugo Capote disse que finalmente tinham sido convocados para uma sessão onde, supostamente e finalmente iriam falar da grande estratégia salvadora para o concelho, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

era a adesão ao Fundo de Apoio Municipal. Contudo, o que se verificava era que ao ser retirado o terceiro ponto e ser introduzida uma taxa de IMI de 0,4%, tal invalidava o dito programa de adesão. Portanto, daquele modo, nem iriam ter orçamento, nem adesão ao FAM e a sessão em curso perdia todo o sentido. Em resumo, houve uma declaração de um partido com assento naquela Assembleia que fez a Presidente depreender que a taxa de IMI de 0,5 não iria passar naquela sessão da Assembleia. Portanto, a Presidente do Município precaveu-se e foi ali, completamente sozinha, dizer-lhes que não havia nada para discutir. Posto aquilo, perguntou à Presidente da Câmara quando é que estaria disponível para apresentar ali o Orçamento para 2016. -----

A Presidente da Câmara referiu que se o mesmo fosse retirado, obviamente que teria de ser apresentado outro até final do ano. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo clarificou que a posição pública foi tomada por elementos do PSD que estavam naquela Assembleia Municipal e congratulou-se com aquela tomada de posição no tempo adequado, salvaguardando o interesse dos portalegrenses e do Município, em função do entendimento que os partidos tinham feito. Mais disse que acrescia um facto relevante, pela primeira vez, tinham conseguido que o PS aprovasse a taxa de 0,4%, em sede de IMI. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara entendia que o PSD se deveria congratular, mas sim se tivesse feito com que aquela lei tivesse sido reprovada em sede de Assembleia da República. Relembrou a todos os membros que tinha sido o membro Cristóvão Crespo, enquanto deputado da Nação que tinha aprovado aquela lei que obrigava as Câmaras Municipais que estavam com desequilíbrio financeiro a recorrer obrigatoriamente ao Fundo de Apoio Municipal. Ressalvou que a ida ao FAM não era um fim em si mesmo e que tinha sido muito bem pensada por todos. Lembrou que a Autarquia não podia negociar diretamente com os bancos, nem fazer mais saneamentos financeiros, pois já o fazia desde 2008 e não existia mais nenhuma alternativa ou mecanismo além do Fundo de Apoio Municipal. Não agradava a nenhum Presidente de Câmara aumentar o IMI aos seus munícipes, que já estavam muito penalizados. No entanto, a autarquia precisava de reestruturar a sua dívida. Perante tal, perguntou aos presentes como é que reestruturariam a dívida. Porque é que o governo do país podia negociar diretamente com os bancos e as autarquias não. Se o PSD restituísse o que retirou às autarquias, então não seria preciso recorrer ao FAM. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que todas as estratégias podiam ser legítimas, mas que era necessário ter uma. No entanto, quando a Presidente, em finais de outubro de 2014, disse que um dos grandes objetivos seria não ir ao FAM e depois apresenta um programa de ajustamento municipal, em que só o FAM resolvia o problema, não se percebia que agora dissesse que a lei devia ter sido reprovada. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara salientou que o FAM tinha dois níveis: ir obrigatoriamente ou voluntariamente, ambos sujeitos a regras. A única diferença era que, quem fosse voluntariamente, poderia negociar. Já se fosse obrigatoriamente, já não poderia negociar. Tudo dependia do índice de endividamento da Câmara e, na altura, o índice de endividamento existente impunha que a adesão fosse obrigatória, o que entendeu ser penalizador para todos. Portanto, valia a pena fazer um esforço para recorrer ao FAM mas voluntariamente. A prova disso estava no próximo orçamento. Mesmo que se retirasse todo o investimento, a Câmara Municipal não conseguia fazer face à despesa e aos compromissos assumidos. Chamou uma vez mais a atenção de que a dívida existente não foi feita pela CLIP e já vinha de 2002, com taxas de execução de 30 e 40%. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Luís Testa pretendeu explicar ao membro Cristóvão Crespo que não tinha sido sempre o PS a opor-se à taxa de IMI de 0,4% e que os vereadores do PS, em sede de reunião de Câmara e que os membros do PS na Assembleia nunca se opuseram à taxa de 0,4%. O seu partido opôs-se, de forma reiterada, à taxa de 0,5%. O PSD aprovou, há 3 meses, o orçamento para o ano vigente, com pressupostos idênticos aos que decorriam do orçamento para o ano de 2016. Portanto, era legítimo que a Presidente de Câmara e a sua maioria tivesse reservado expectativas de que o PSD estivesse disponível para aprovar um orçamento para 2016. Posto isso, entendia que o PSD devia uma explicação àquela Assembleia, relativamente aos pressupostos que se tinham alterado e que o levaram a mudar de posição. Mais referiu que o PS estava ali disponível para aprovar não só a inclusão da proposta apresentada pela Câmara à Assembleia, como para aprovar o seu conteúdo, pela simples razão de que aquela diatribe política que se tinha arranjado no seio da Câmara e da Assembleia Municipal poderia fazer com que a taxa do IMI, por força da lei, redundasse nos 0,3%. Se tal acontecesse, as implicações seriam a Câmara não ir voluntariamente ao Fundo de Apoio Municipal, solução da qual o PS discordava para passar a ir de forma obrigatória, porque em virtude da diminuição drástica da receita o nível de endividamento da Câmara subiria para valores incomportáveis, tornando as finanças da autarquia passíveis de se socorrerem, única e exclusivamente da obrigatoriedade do FAM. -----

Jorge Isidro perguntou se aquele assunto não tinha já ido quatro vezes à reunião de Câmara. Perguntou ainda porque é que a Presidente não discutiu os assuntos com os vereadores da oposição, de modo a arranjar um consenso e resolver aquele problema, de modo a ter evitado que a reunião do executivo tivesse de se realizar no próprio dia da sessão daquela Assembleia Municipal. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse apreciar a solução robusta de governação do concelho, encontrada pelo PS, em conjunto com a CLIP, até porque o PSD não tinha representação no executivo camarário. Lembrou ao PS que o PSD se tinha absterido na aprovação do orçamento para 2015, pois tiveram consciência do problema que se podia gerar.

Hugo Capote disse que finalmente estavam ali a discutir o FAM, a subida do IMI e uma das questões que a Presidente da Câmara devia perceber era que quem geria politicamente todos aqueles assuntos era a própria. Não era admissível que a Assembleia Municipal fosse quase ameaçada a aprovar, no último dia útil disponível, um valor de IMI, para depois o poder entregar à autoridade tributária, quando na última Assembleia a Presidente da Câmara teve o assunto agendado e depois retirou-o. Perguntou à Presidente o que é que tinha feito quanto àquela questão, nos últimos dois meses, dizendo que a inépcia era total. Mais referiu que o estatuto da oposição obrigava a Presidente a reunir com os partidos, para evitar que se chegasse àquele ponto. Perguntou à Presidente da Câmara o que é que iria fazer agora que já não havia alternativa. -----

Dada a palavra à Presidente da Câmara respondeu que o consenso não era, obviamente, os 0,5% de taxa de IMI, mas sim os 0,4%. A própria também achava que ir ali a taxa de 0,5%, sem ser num contexto do FAM, não seria compreendido. Só faria sentido se obrigassem o município a tal. Naquele espaço de tempo tentou saber se haveria outra alternativa para que o IMI não tivesse que aumentar. Quanto à alternativa, disse o que já tinha dito na reunião de Câmara e que voltou a ler: “Tendo em conta a mudança do governo da Nação, a perspectiva de uma mudança de atitude, relativamente às autarquias, no que concerne à Lei das Finanças Locais e ao apoio na reestruturação da dívida financeira das autarquias locais, é intenção deste executivo diligenciar, rapidamente, junto dos novos governantes por uma solução que reestruture a dívida sem penalizar os munícipes, tal como tem sido defendida pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses e pelo Partido Socialista.” Portanto, estava esperanças



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que houvesse uma alteração à Lei das Finanças Locais e que repusessem as verbas. Não havia outra alternativa e se alguém soubesse de outra solução, propôs que a apresentasse. -----

Solicitando a palavra, Hugo Capote fez questão de esclarecer ali, perante todos, que a única razão pela qual a Presidente tinha retirado o IMI, na última reunião, foi porque nem sequer o discutiu com o seu Grupo. Nem o grupo da CLIP iria apoiar o assunto como estava. A Presidente da Câmara devia deixar-se de meias verdades, para com os portalegrenses. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro referiu que o Município se encontrava naquela situação, precisamente por não haver estratégia, nem se terem implementado medidas sérias. Afinal a estratégia já não era o Fundo de Apoio Municipal, pois a Presidente da autarquia tinha resolvido abandoná-lo. Atualmente, a única estratégia era a da esperança, ou melhor, a Presidente da Câmara Municipal de Portalegre tinha a expectativa de que o recente governo PS conseguisse resolver o problema das autarquias. No entanto, era necessário que se fizesse primeiro o “trabalho de casa”. Se a Presidente não perceber como é que o município funciona, por forma a conseguir fazer alterações de funcionamento, a melhorar a eficiência e a reduzir custos, não resolveria nunca os problemas. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara perguntou ao membro Jorge Isidro como é que resolvia a questão do incumprimento financeiro da autarquia, pedindo-lhe que concretizasse o valor da dívida, que não estivesse espelhada no relatório enviado. Mais perguntou o que é que o mesmo faria em caso de incumprimento. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro perguntou há quanto tempo é que a autarquia estava em incumprimento e se a dívida era, ou não, de cerca de 30 milhões de euros. -----

A Presidente da Câmara salientou que a dívida era de 39 milhões e não de 30 e que, estando em incumprimento, o plano prioritário era reestruturar a dívida, porque se não se cumprisse com o banco, a DGAL retiraria, à cabeça, das transferências feita pelo Estado para a autarquia, o montante que estava em incumprimento. Tal situação já tinha acontecido, naquela Câmara Municipal, durante muitos anos. -----

Novamente no uso da palavra, Jorge Isidro lembrou uma vez mais que para se resolverem os problemas era necessário receita, a qual só se conseguiria com desenvolvimento económico.

No uso da palavra, Luís Testa salientou que a situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre era complexa e estavam perante um problema político que já subsistia há demasiado tempo e para o qual a Presidente teria de arranjar um laivo de estratégia, para os dois anos que lhe faltavam de mandato, sob pena de irem ali, de dois em dois meses, discutir os orçamentos dos próprios exercícios. À partida, não só o PS como outros partidos daquela Assembleia não concordaria com orçamentos que não dotassem as freguesias dos meios e recursos necessários, que não fizessem transferências condignas com a atividade do movimento associativo, que não tivessem uma política de captação de investimento condicente com a realidade do concelho. As “linhas vermelhas” do PS eram conhecidas. No entanto, ainda não se conheciam as “linhas vermelhas” do PSD, pois o que lhe dava a sensação era de que, à medida que o caminho se estreitava e se aproximava do fim, o PSD colocou novas barreiras para serem ultrapassadas. Restava-lhes o bom senso de aprovarem ali uma coisa que não onerasse os portalegrenses, por não haver aumento dos impostos, mas que também não colocasse o município numa situação de catástrofe financeira, tal como era a intenção do PSD. Lembrou que, caso aquele orçamento fosse ali aprovado o IMI desceria para os 0,3%, o que poderia parecer uma folga financeira para todos, durante alguns meses, mas que passado aquele período seriam obrigados a socorrerem-se do FAM e teriam uma brutal subida de todas as taxas e impostos municipais. Portanto, o problema era saber se não estaria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

já em vigor uma tese que apontava para o derrube da Câmara Municipal, para se convocarem eleições intercalares, a contento de alguma estratégia política ou partidária. O PS estava pois disponível para a manutenção do equilíbrio financeiro do Município. -----

Hugo Capote disse que gostaria de ficar esclarecido, no sentido de saber se, depois de votarem o ponto em causa, retomariam ainda a discussão do IMI a 0,5%. Discutiriam um ponto que já estava oficialmente revogado. -----

A Presidente da Mesa referiu que ou continuavam a discussão e votavam à posteriori a substituição ou votavam já e continuavam a discussão. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro disse que seria importante deixar a questão da taxa do IMI bem clara, até para o público que estava ali presente, em grande número a perceber. Teria bastado que houvesse um pouco mais de organização da estrutura camarária para que situações como esta não acontecessem. Na sua opinião, a Presidente da Câmara estava mal acompanhada e mal assessorada. Do ponto de vista técnico, aqueles problemas nem sequer deviam acontecer. Salientou o facto de haver Câmaras Municipais que já tinham aprovado o seu orçamento há mais de um mês. Portanto, as coisas tinham de ser pensadas antecipadamente e sem deixar para a última da hora, sendo a Assembleia quase pressionada a aprovar assuntos importantes, sob condição ou chantagem, para não comprometer o futuro. Mais referiu que a proposta das taxas deveria preceder a elaboração do orçamento e nem sequer ser votada ao mesmo tempo. Por último, era simbólico o facto da Presidente da Câmara estar sozinha naquela sessão, em que se debatia um assunto tão importante como aquele, apenas acompanhada pelos vereadores do PS e não pelos seus vereadores, o que revelava uma completa falta de organização e estratégia. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo sublinhou o facto de se ter retirado a questão das taxas sem uma explicação consistente. Quanto ao FAM disse que a utilização política do mesmo e a sua avaliação cabia aos eleitos do município. Considerou que a fatura que iriam pagar era desproporcionada em função dos problemas a resolver e foi aquilo que levou o PSD a tomar tal posição, sabendo o que pesa nas famílias o valor do IMI a pagar.

Novamente no uso da palavra, Hugo Capote disse que a CDU estava preocupada com o que estaria para vir, uma vez que a degradação institucional e política em que o concelho de Portalegre se encontrava era lamentável. Realçou que, por inépcia da Presidente da Câmara, não existiam condições de trabalho com os vereadores da oposição nas reuniões camarárias e por tais razões chegou-se àquele ponto de tamanha separação que até na equipa que a mesma liderava já não era possível estabelecer pontes. Chegou-se ao fim do segundo ano de mandato e, com aquele chumbo anunciado do Orçamento e da estratégia de ida ao FAM, já era a segunda moção de censura ao executivo atual. As contas de 2014 estavam ainda por aprovar; o orçamento para 2015 foi aprovado mas só em finais de setembro do mesmo ano estava mais que previsto que o orçamento para 2016 também seria chumbado. Estava convencido de que não havia condições políticas com o executivo atual para funcionar nos próximos dois anos. Se a Presidente da autarquia continuasse com aquela atitude e autismo, pensando que com a maioria absoluta camarária e o voto de qualidade da Presidente da Assembleia lhe bastaria para aprovar tudo e mais alguma coisa, não iria longe. No entanto, as coisas começaram a ruir e agora já tinha precisado da oposição. A CDU percebeu que a CLIP, no momento inicial, foi uma “bofetada” necessária aos outros partidos, a bem do concelho. Contudo, perguntou aos elementos da CLIP se achavam que o que estava a acontecer atualmente ainda correspondia às ambições de há dois anos atrás. Era preciso clarificar que a autarquia não tinha dinheiro nem estratégia e apenas tentava salvar mordomias que já ninguém sequer percebia porquê: quatro vereadores a tempo inteiro, cada um com a sua viatura, somente para gerir 18 milhões de euros, quando nem sequer há dinheiro para reparar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

varredoras e carros do lixo; assessor com gabinetes de apoio, recrutados fora da Câmara. Que autoridade é que tinha a Presidente para pedir sacrifícios aos munícipes. Que ética é que havia para chegar ao ponto de cobrar 0,5% de IMI. De uma vez por todas, disse que era necessário alguém por a mão na consciência, para que as melhorias fossem possíveis e concretizáveis. -----

A Presidente da Câmara disse ter mais ética do que o membro da CDU, porque enquanto ali estava o que fez foi pagar dívida que outros tinham feito, dívida feita a partir de 2002 e não nos últimos dois anos. Portanto, quem esteve naquela altura no executivo municipal é que deveria estar ali a responder. Lembrou que a CDU também teve um vereador na Câmara, durante aquele período. A Presidente fez questão de entregar um suporte informático à Mesa, para ser demonstrado a todos a veracidade do que tinha dito. Concluiu, dizendo que o despesismo não tinha sido seu, nem do seu Grupo Municipal. -----

No uso da palavra, Hugo Capote referiu que tinha solicitado aos serviços camarários uma série de dados, relacionados com aqueles ali demonstrados. Perante os mesmos, concluiu que os gastos com os membros de órgãos autárquicos tinha aumentado de 2012 até 2014. A opção dos vereadores a tempo inteiro tinha sido da atual Presidente da Câmara. -----

A Presidente da Câmara realçou que apesar do número de pessoas na Câmara ter reduzido substancialmente, a despesa com o pessoal não tinha aumentado e que o valor acrescido se devia à reposição dos subsídios de férias e Natal que em 2012 não foram pagos. -----

Jorge Isidro disse que a redução da dívida da Câmara tinha vindo a afetar a vida dos portalegrenses. Enquanto a Presidente da Autarquia reduziu a dívida, as associações e as coletividades não tinham quaisquer subsídios para se manterem. Portanto, realçou que o pagamento da dívida era à custa do sofrimento dos portalegrenses. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que a gestão política da agenda da Presidente da Câmara Municipal era um desastre e que tinha ido ali demonstrar-lhes com um quadro a única coisa que não devia demonstrar. A Presidente estava a esquecer-se de que também exercia funções no executivo em 2009, ano do pico da dívida da Câmara. Os factos eram indelmentáveis. O que se estava ali a debater era o resultado a que tinha chegado o concelho, que era de todos. Acrescentou que estavam disponíveis para fazer aprovar aquela deliberação como forma de evitar a catástrofe financeira do município.

Esperava que a Presidente da Câmara ainda fosse a tempo de aproveitar o mandato que os portalegrenses lhe tinham conferido, porque apesar de todas as diferenças políticas considerava que ainda existia boa vontade para conseguirem encontrar uma abertura e bases de entendimento no tempo que faltava de mandato. Em conclusão, disse que a Assembleia Municipal teria de apreciar, discutir e votar um orçamento e que se fosse necessário acrescentar um outro instrumento do tipo PAEL ou FAM era obrigatório ser muito bem explicado àquela mesma Assembleia, nomeadamente com projeções macro da evolução do comportamento financeiro do município. O PS estava empenhado em ser parte de uma solução, na oposição construtiva, e não ser parte da negação absoluta do Município. -----

Dada a palavra à Presidente da Câmara, a mesma referiu que só tinha entrado para aquele cargo no final de setembro de 2009 e concerteza que não tinha sido nos últimos meses de 2009 que se fez a maior dívida. Relativamente às grandes opções do plano de 2005, disse que estavam lá 63.207.574,54€, valor aquele que explicava, por si só, como estavam as finanças da Câmara, naquela altura. -----

Luís Alentejano disse que teve oportunidade de assistir à explicação do Diretor do FAM, na última reunião do executivo. Considerou ter sido esclarecedor mas, no entanto, sabendo à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

partida que o IMI não podia ser negociado, não entendia porque é que o PSD dizia que o aumento da taxa do IMI para o máximo era prejudicial para as pessoas, quando foi o PSD que fez a lei. O PSD deveria justificar-se por tal atitude. Em segundo lugar, questionou o membro do PSD se os 500.000€ que o PAM tinha para promoção e captação de investimento na zona industrial, bem como na divulgação do turismo, não seriam considerados benéficos para todos. Por último, lembrou que os vereadores da oposição tinham sido convocados para se pronunciarem acerca do FAM, contudo, tanto os vereadores do PS como da CDU, enviaram uma carta dizendo que não estavam disponíveis. -----

João Cardoso disse concordar com o que tinha dito o membro Luís Testa, na medida em que quando se optava por ir a um programa assistencial que obrigava ao aumento do IMI, era importante haver um retorno para a população. No entanto, não era de ânimo leve que se optava por aquele programa que iria pesar mais nas carteiras de todos. As Grandes Opções do Plano que ali eram apresentadas tinham sido muito trabalhadas, no sentido de terem atratividade para a economia e para o turismo, assim como para a manutenção dos espaços existentes. Obviamente que seria melhor avançar com um orçamento sem a ida ao FAM. No entanto, sem o FAM não era possível fazer aquilo que a CLIP se propôs fazer, quando se candidatou. -----

Cristóvão Crespo disse ao membro Luís Testa que o FAM não tinha sido feito pelo PSD só para o concelho de Portalegre, mas sim para o país. Contudo, a avaliação custo/benefício feita pelo seu partido para Portalegre não seria benéfica, consoante os dados que tinha ----- Disse ainda ao membro João Cardoso que aquele FAM era para pagar a bancos, para pagar a grandes fornecedores (Águas e Valnor), que os portalegrenses já tinham pago. Eventualmente, o FAM poderia permitir alguma folga na tesouraria do Município para “migalhas” e pequenos enfeites. Salientou que aquela também não seria a forma correta de fazer o orçamento, porque quando se fazia um orçamento tinha-se um projeto político, com ações concretas, com medidas e obras, orçamentadas elas próprias, a que depois corresponderiam receitas, no próprio orçamento. -----

Portanto, a Presidente da Autarquia teria de procurar outras opções e consertá-las, porque já não tinha maioria absoluta nos órgãos e, posteriormente, fazê-las aprovar. A contabilidade era um mero instrumento e os cidadãos não podiam viver em função da contabilidade. No fundo, o que se reivindicava ali era uma estratégia válida para o concelho e nada mais. -----

Miguel Serafim disse que havia uma diferença substancial entre sobreviver e viver. O seu Grupo queria marcar essa diferença, pois tal não seria possível sem a existência de recursos, substancialmente superiores em relação aos que a Câmara atualmente possuía. Um orçamento era possível de fazer com quaisquer recursos, no entanto e com os recursos disponíveis não seria possível atender a todas as situações legítimas que os cidadãos, as associações e outros necessitavam. Recordou que um dos capítulos fundamentais de qualquer plano estratégico dizia respeito à evidência e previsão dos recursos necessários. Portanto, se não forem identificadas as fontes de financiamento necessário, não é possível implementar qualquer estratégia que fosse ali definida. Por último, disse que a mais valia do recurso ao FAM não se esgotava no pagamento da dívida. O recurso ao FAM seria um mal necessário, na perspetiva de obter os ditos recursos, os quais permitiriam capacidade de investimento adicional, a qual já estava prevista nas Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal. -----

Luís Testa, mediante as palavras do membro Miguel Serafim, disse que, aquilo que se propunha para o município de Portalegre era que os portalegrenses continuassem a sobreviver, mas ainda com menos recursos, por via do aumento de impostos. Àquele preço a pagar pelos cidadãos deveria corresponder qualquer coisa de muito benéfico. Ressalvou o facto de os portalegrenses já terem pago a águas duas vezes. O membro Miguel Serafim ao ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

dito que existia um projeto novo vertido nas Grandes Opções do Plano estava a menosprezar as prioridades dos outros Grupos da Assembleia para além do Grupo da CLIP. Acrescentou que tanto a CDU, como o Jorge Isidro ou o PS não se reconheciam naquelas prioridades exclusivas da CLIP, pois havia prioridades elencadas por todos os outros membros da Assembleia que não tinham sido contempladas, de forma sistemática e reiterada. Salientou que a Assembleia Municipal é que era o centro de decisão política do Município.-----

Hugo Capote disse que todos tinham percebido a diferença entre discutir com alguém que tinha uma visão anémica da democracia e discutir com alguém que tinha outra visão. A CLIP não tinha maioria absoluta na Assembleia e por isso a Presidente teria de discutir os assuntos com os restantes Grupos. Mas o que a Presidente ali propunha era um plano que iria “amarrar” o Município a quatro mandatos camarários (20 anos). Era evidente que as GOP não tinham nada a ver com outros já apresentadas pelo CLIP, porque as anteriores tinham sido feitas pela Presidente enquanto estas tinham sido feitas pelo Grupo da CLIP. Os vereadores do PS e da CDU não compareceram à convocatória da Presidente, não pelas senhas de presença mas, por defesa própria, porque a mesma não iria ser gravada. A CDU era contra o FAM porque o mesmo não resolveria os problemas estruturais da Câmara. A CDU também já não confiava no atual executivo, por ter degradado gravemente a confiança política. -----

Miguel Serafim salientou que nunca se tinha sentido excluído de qualquer tipo de discussão, no âmbito da CLIP. Acrescentou que a grande diferença daquele Orçamento e daquelas GOP face a anteriores tinha a ver com o facto de aqueles documentos terem sido elaborados num quadro de um plano de reestruturação financeira, que não acontecia com os anteriores. Por último referiu que a disponibilidade manifestada por todos e a maior abertura para se apresentarem soluções concretas era maior. -----

A Presidente da Mesa deu por encerrada a discussão e disse que iriam votar primeiro a retirada do ponto que constava do edital, depois a introdução do novo ponto de depois a votação do ponto-----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 28 votos, a retirada do ponto 3 da ordem de trabalhos. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 28 presenças, a inclusão do ponto referente à proposta, já discutida, do Imposto sobre Imóveis a 0,4%. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor, 1 voto contra (Jorge Isidro) e 6 abstenções (4-CDU e 2-PS, Manuel Marques e Manuel Carvalho) e, em 28 presenças, aprovar a última proposta apresentada-----

Declaração de voto - CLIP (Miguel Serafim)

“Considerando: que o aumento de taxas e impostos não é, nem nunca poderia ser, um fim em si mesmo, só sendo aceitável se enquadrado numa proposta global, com um carácter estratégico, suscetível de melhorar o funcionamento da Câmara Municipal de Portalegre, as condições de prestação de serviços aos munícipes e de potenciar o investimento;
Que um eventual aumento do IMI seria sempre entendido como um mal necessário e nunca como elemento, central ou lateral, da estratégia a implementar. Nesta situação, em concreto, tratar-se-ia de uma condição, com carácter de obrigatoriedade, para garantir o possível acesso a um mecanismo que pudesse apoiar a recuperação financeira da autarquia, a qual está em curso (como se comprova pela redução da dívida em cerca de 11 milhões de euros, no período entre 2011 e 2014), mas necessita de um suporte adicional, que possibilite



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

outra capacidade de atuação à Câmara Municipal de Portalegre, enquanto agente de desenvolvimento local e regional;

Que o mecanismo de apoio à recuperação financeira municipal, possível de ser utilizado atualmente, é o fundo de apoio municipal (FAM), tendo sido perceptível que as diferentes forças políticas do concelho não apoiam o acesso voluntário da Câmara Municipal de Portalegre a este regime;

Que, com este enquadramento, deixa de fazer sentido estar a penalizar os portalegrenses com um aumento de impostos, só justificável (mas nunca defensável), com a perspectiva da Câmara poder vir a oferecer melhores serviços e investir em novos recursos com impacto positivo na vida dos cidadãos do concelho e de quem o visita. Era esta a perspectiva com que se encarava a possibilidade de acesso ao FAM.

O Grupo municipal da CLIP vota favoravelmente a manutenção da taxa municipal de direitos de passagem, da derrama, do imposto sobre o rendimento de pessoas singulares e do imposto municipal sobre imóveis, face aos valores aprovados no ano de 2014.

O grupo municipal da CLIP manifesta ainda a forte expectativa de que as diferentes forças políticas possam contribuir, de forma positiva, para que a Câmara Municipal de Portalegre encontre as melhores soluções para o seu reequilíbrio financeiro e para o futuro do concelho. Essa expectativa sai reforçada com a possível mudança de atitude do governo central, relativamente às autarquias, defendida pelo PS, nomeadamente no que se refere à lei das finanças locais e ao apoio na reestruturação da dívida financeira dos municípios.

É totalmente legítimo que uma oposição responsável possa dizer “sei que não vou por aí”; mas tem igual legitimidade a expectativa de que uma oposição responsável não se coloque na posição de “não saber por onde vai”.

Declaração de voto - Independente (Jorge Isidro)

“Na qualidade de Membro da Assembleia Municipal como independente e conforme o regimento no artigo 47.º, utilizo o direito de apresentar declaração de voto em relação à ordem do dia desta Assembleia realizada em 27 de Novembro de 2015, no ponto 3 - *“Proposta relativa à taxa municipal de direitos de passagem, derrama, IRS e IMI”*.”

Este assunto demonstra claramente a desorganização e a falta de estratégia deste executivo, já foi a reunião de câmara 4 vezes, sendo a última no dia desta assembleia, e esta é a terceira versão que é colocada na ordem do dia da assembleia municipal, sendo que anteriormente o ponto foi retirado a pedido da Senhora Presidente, considereei e fiz declaração de voto no sentido, que era importante a discussão do ponto naquela assembleia para auscultar todos os elementos da assembleia e poder melhor o documento com base naquela discussão, mas mais uma vez a senhora presidente não deu ouvidos a ninguém.

Os fundamentos da Senhora presidente, na proposta que apresentada, revelam que a falta de estratégia e que as políticas implementadas por este executivo nos conduziram ao ponto das receitas arrecadadas serem cada vez menos.

Já em 27 de Dezembro de 2013 através de declaração de voto alertei para este problema e aponteí caminho para evitar o que esta a acontecer. Mas o executivo não deu ouvidos!

Optou pela estratégia do pagamento da dívida, mas não introduziu-o medidas que fizessem isso acontecer, ficou a espera que o dinheiro caísse do céu!

O executivo em vez de alterar as políticas e fazer o que lhe compete, opta pelo mais fácil, aumentar os impostos e chamar o povo a pagar os erros das suas políticas!

E mais uma vez castiga as famílias já muito castigadas e o setor empresarial, que vive com dificuldades em manter as suas estruturas, por causa da crise económica que vivemos e o brutal aumento de imposto que o poder central implementou.

Esquecendo-se que são as empresas e os empresários que criam riqueza e postos de trabalho e cada vez que uma empresa encerra, o poder autárquico e o poder central deixa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

arrecadar o valor dos impostos e passa a pagar os subsídios aos funcionários que ficam sem emprego!

Manifestei através de declaração de voto na assembleia municipal realizada em 31 de Outubro de 2013 precisamente sobre este assunto a minha discordância em relação a proposta apresentada em relação ao 3 ponto da ordem do dia alinha g) que dizia e paço a citar.

g) Minoração em 30% do IMI da Zona Industrial (3ª fase e expansão) com exceção dos lotes cujos proprietários que se encontram em incumprimento.

Voltei a fazê-lo na Assembleia Municipal realizada em 29 de Setembro de 2014, igualmente através de declaração de voto referente a alinha f) *Minoração em 30% do IMI da Zona Industrial (3ª fase e expansão), para todos os lotes cujos proprietários estejam a cumprir com o estabelecido no regulamento de venda, tendo em vista o combate à desertificação.*

Fundamentei a minha discordância no princípio da equidade, entendia e entendo que não devem ser tratados de forma diferente situações iguais e no meu ponto de vista em nada se justifica estar a atribuir uma minoração de 30% a uns e nada a outros.

Por entender que não chega criticar, apresentei uma solução que passo a citar.

“Não estando o executivo não em condições de perder receitas pela elevada dívida da autarquia e nesse sentido não ter condições em minorar em 30% do IMI toda a zona industrial, que reduza os 30% a outra percentagem e os atribua a todos”.

Foi isto que sugeri quer na declaração de voto de 2013 quer na de 2014.

Constato agora em 2015 que o executivo apresenta em relação a esta matéria o seguinte:

- Minoração em 30% do IMI dos lotes de terreno abrangidos pelos planos de pormenor da Zona Industrial (3ª fase e expansão), devendo os proprietários requerer a minoração até 27 de Outubro de 2015.

Os proprietários dos lotes de terreno só podem beneficiar desta minoração se cumprirem os prazos e obrigações previstos no título de compra e venda, no regulamento aplicável e nas prorrogações de prazos aprovados pela Câmara Municipal.

O executivo utiliza aqui uma arma que não é admissível.

A burocracia e a confusão, a burocracia com o objetivo de contemplar o menor número possível de empresários com a minoração e a confusão porque de uma forma habilidosa procura fazer crer que atribui a minoração a toda a zona industrial o que é falso, só esta contemplada pela minoração quem está situado na 3ª fase e expansão.

A Presidente da Câmara Municipal mais uma vez andou a brincar com os empresários e, para além de não analisar a proposta que fiz nos anos anteriores, voltou a cometer os mesmos erros, mas desta vez foi mais longe e enviou um funcionário às empresas instaladas na Zona Industrial com documentos para irem à Câmara solicitar as minorações e agora não propõe essa solução, a grande maioria não vai ter direito mesmo tendo preenchido o papel que a Senhora Presidente solicitou.

Tenha vergonha na cara e não brinque com quem trabalha!

A proposta de aplicação de impostos municipais para o ano de 2015 a pagar em 2016 apresentada pela Sr.ª Presidente revela claramente o que venho alertando nas várias assembleias municipais e nas declarações de voto que tenho apresentado. - Não existe uma estratégia a não ser a obsessão pela dívida que tem sido reduzida com o sacrifício das pessoas, das empresas e das associações e coletividades.

Pelo exposto voto contra.”

Declaração de voto - CDU (Hugo Capote)

“A CDU opõe-se convictamente à adesão ao FAM - a troika dos pequeninos - e à consequente e necessária para o efeito, subida do IMI e das restantes taxas municipais.

E fazemo-lo por duas grandes ordens de razões:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Porque no fundo o FAM reestruturaria a dívida da Câmara Municipal de Portalegre amarrando os municípios a 20 anos (5 mandatos camarários) de taxas máximas e soberania política e autonomia de gestão mínimas.

Mas também porque a senhora Presidente e os vereadores em permanência nem merecem a nossa confiança para gerirem o orçamento e os destinos municipais, nem sequer têm a autoridade moral e ética para exigirem mais sacrifícios aos portalegrenses.

Quem mantém 4 vereadores a tempo inteiro para gerirem 18 milhões de euros de orçamento, mas que depois recusam funções de gestão autárquica como é o caso de vereadores que recusam assumir a gestão da fundação Robinson, deixando-a num limbo existencial, mas que se mantêm como vereadores a tempo inteiro, não tem ética política para cobrar um cêntimo aos portalegrenses.

Quem atribui viaturas a todos os vereadores em regime de permanência, sendo usadas para funções que nada têm a ver com a sua atividade de gestão municipal, enquanto as viaturas necessárias para os serviços básicos da autarquia não são reparados por falta de verba, não tem autoridade para pedir mais sacrifícios aos portalegrenses.

Quem recrutou elementos exteriores à autarquia para compor gabinetes de apoio à Presidente e aos vereadores, usando inclusivamente a fundação Robinson para o mesmo efeito, não tem autoridade para exigir a subida de taxas aos portalegrenses.

Quem demonstrou um laxismo inqualificável na aferição das dívidas da CMP, como ficou bem demonstrado no caso da dívida nunca antes assumida pela Câmara, do CAEP, tentando pagar discretamente e sem levantar ondas, neste mandato, o que se recusava a fazer no último, não tem autoridade para gerir os dinheiros públicos dos portalegrenses.

Quem revela uma preocupante incapacidade política para delinear os documentos previsionais da CMP, essenciais para poder gerir com tempo e com estabilidade os destinos da CMP, conseguindo amearhar 2 orçamentos chumbados em 2 anos de mandato e as contas da CMP de 2014 reprovadas, não pode merecer qualquer tipo de mérito quando afirma ter reduzido a dívida camarária.

Quem denota uma desconcertante inépcia política e uma muito esbatida e anémica noção de democracia, essenciais para saber gerar consensos e estabelecer pontes com outras forças políticas com que nunca se percebeu que tinha de trabalhar ou sequer ouvir, tendo como resultado duas moções de censura (se considerarmos a reprovação da ida ao FAM como a segunda moção de censura ao governo autárquico de Adelaide Teixeira) em apenas 2 anos de mandatos, não merece ser titular dos destinos da autarquia portalegrense.

Quem revela uma indefinição estratégica que até o próprio grupo que a sustenta nesta casa desconcerta, tendo, como exemplos entre outros, a demissão do próprio Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre, assim como de vários correligionários, a novela do IMI com 4 votações em reuniões de câmara, avançando e recuando sem qualquer definição estratégica, assim como o próprio dossiê FAM, atual panaceia para todos os males da CMP, quando ainda o ano passado era objetivo da mesma evitar a todo o recurso a este instrumento, não pode continuar a adiar a resolução dos problemas graves, de que o nosso concelho padece.

Logicamente, que até os seus mais indefetíveis fiéis têm hoje muitas dúvidas sobre as capacidades da equipa que lidera na Câmara, para dar a volta a esta situação, e já nem se coíbem de o ir manifestando em reuniões ou eventos mais ou menos públicos.

É por demais evidente que a degradação da situação política no nosso concelho só se irá agravar, a menos que a Presidente, ou alguém por ela, assumam que é tempo de uma óbvia e urgente clarificação da atual situação.

E em democracia, essa clarificação faz-se devolvendo ao povo a palavra.

Esperamos, confiando que a inteligência prevaleça sobre a mesquinhez, que a humildade sobressaia sobre a vaidade e que os valores mais altos do nosso concelho se elevem sobre as efémeras e iníquas ambições pessoais, que todos façam aquilo que sabem ter de fazer.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, a Presidente da Câmara perguntou à bancada da CDU, quem era a pessoa da Fundação Robinson que está a dar apoio ao seu gabinete. -----

Em resposta, Hugo Capote disse que iria usar a estratégia muitas vezes usada pela própria Presidente da Câmara, e faria, posteriormente, chegar por escrito o nome da pessoa a que se referiu. -----

Declaração de voto - PS (Luís Testa)

“A uma Presidente de Câmara pede-se, em primeiro lugar, que seja o garante e a salvaguarda do regular funcionamento dos órgãos autárquicos. A uma Presidente de Câmara pede-se que traga, a tempo, os documentos essenciais, que concerte com as oposições, caso seja necessário, a fórmula de os fazer passar. A uma Presidente de Câmara pede-se que desenvolva todos os esforços para o regular funcionamento do município e do concelho. A uma Presidente de Câmara pede-se que tenha um comportamento cordato com as oposições, mas atrativo e liderante para com todos os elementos dos órgãos municipais.

Quando o PS está disponível para estar ao lado das posições corretas fá-lo convictamente. Como fizemos hoje, aqui, estando ao lado da solução que, nesta circunstância, melhor defendia os portalegrenses, não fazendo disparar o IMI para 0,5% e que melhor defendia o município, não fazendo abater-se sobre ele próprio a catástrofe de reduzir a taxa de IMI para 0,3%.

Nós atuamos com convicção, com honestidade intelectual e com a força dos votos que nos elegeram, que têm exatamente a mesma legitimidade dos que elegeram os eleitos do CLIP, da CDU ou aqueles que se desvincularam da bancada do CLIP.

Nós atuamos com a honestidade perante quem está no poder e com a vontade de quem sempre fez propostas. Nunca mudámos um milímetro no nosso comportamento e hoje também não estamos a mudar. Quem mudou foi o CLIP, porque percebeu que hoje, mais que nunca, precisa da oposição. A predisposição diferente era do CLIP para aceitarem as propostas que nós sempre demos, mas que nunca foram acolhidas pelos vereadores, em sede de reunião de Câmara, nem naquela Assembleia Municipal, nem sequer na rua.

Às vezes foram, de forma vergonhosa, achincalhadas por quem detinha o poder do dia a dia. Quando nós chamámos a atenção e dissemos que não era assim que se tratavam as oposições era porque queríamos manter as pontes para dias como hoje. Quando vocês precisam mais das oposições do que as oposições precisam de quem está no poder, porque de forma oportunista, se nós estivéssemos numa circunstância de não vos querer fazer favor nenhum, aquilo que tínhamos todos feito era atirar a Câmara e o município para o charco; aquilo que tínhamos feito todos era condicionar a vida para os próximos meses, para os próximos anos e, se calhar, até fazer um favor a alguém de provocar eleições intercalares.

Se nós não atuássemos de forma honesta, do ponto de vista intelectual, aquilo que teríamos feito era condicionar a atuação da Presidente da Câmara, à ladainha do costume de “Não nos deixam governar!”

A senhora Presidente de Câmara não terá de recorrer a essa ladainha, tanto mais porque terá frontalmente o nosso apoio, para aquilo que for conveniente para o concelho de Portalegre e a nossa oposição para aquilo que for prejudicial para os portalegrenses.

Dizemos isto de forma aberta, sincera e sem mudar uma vírgula ao nosso discurso, durante dois anos. Aquilo que o Partido Socialista tem a fazer é saudar a mudança de atitude da maioria da CLIP.”

A Presidente da Mesa disse que a discussão dos pontos 4, 5, 6 e 7 da ordem de trabalhos deixava de ser oportuna, face aos pressupostos em que tinham sido construídos. Portanto, parecia-lhe irracional estarem a discutir documentos elaborados com base em pressupostos que já não se verificariam. Perguntou, por isso, aos membros presentes se queriam deliberar a retirada daqueles pontos, um por um, o que se passaria a fazer, caso concordassem. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

4 - Orçamento e mapa de pessoal da Câmara Municipal para 2016 - Anexo relatório PAM; - Deliberação de 19.11.2015 -

Presente o orçamento e mapa de pessoal da Câmara Municipal para 2016. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana, aprovar o orçamento e mapa de pessoal da Câmara Municipal para 2016. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade em 27 votos, retirar o assunto. O membro Luis Testa não se encontrava na sala. -----

5 - Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2016/2020;

Presente as grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2016/2020. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana aprovar as grandes opções do plano da Câmara Municipal. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 votos, retirar o assunto. O membro Luis Testa não se encontrava na sala. -----

6 - Plano de atividade e orçamento da Fundação Robinson para 2016/2020 - Para conhecimento;

Presente o Plano de atividade e orçamento da Fundação Robinson para 2016/2020. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 26 votos, retirar o assunto. Não estavam na sala Luis Testa e Rui Simplicio. -----

7 - Plano de atividade e orçamento do Mercado Municipal de Portalegre para 2016. - Para conhecimento.

Presente o Plano de atividade e orçamento do Mercado Municipal de Portalegre para 2016. ----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 26 votos, retirar o assunto. Não estavam na sala Luis Testa e Rui Simplicio. -----

8 - Orçamento, mapa de pessoal e plano plurianual de investimentos dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes - 2016; - Deliberações de 19.10.2015 e 02.11.2015 -

Presente o orçamento, mapa de pessoal e plano plurianual de investimentos dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes para 2016. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana, aprovar o orçamento e plano plurianual de investimentos, para 2016. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 a favor (CLIP), 14 abstenções (4-CDU, 7-PS, 2-PSD e Jorge Isidro), em 27 presenças, aprovar o orçamento e plano plurianual de investimentos dos SMAT, para 2016. Não estava na sala António Ventura. -

Declaração de voto - Independente (Jorge Isidro)

“Na qualidade de membro da Assembleia Municipal como independente e conforme o regimento no artigo 47.º utilizo o direito de apresentar declaração de voto em relação a ordem do dia desta assembleia realizada em 27 de novembro de 2015, no ponto 8, *Orçamento e Mapa de pessoal e Plano Plurianual de investimento dos Serviços Municipais de Águas e transportes para 2016*.

O documento está bem estruturado, existe uma clara preocupação quer ao nível da gestão quer da eficiência, mas discordo em absoluto de algumas opções, principalmente ao nível do estacionamento e dos transportes.

No caso do estacionamento considero que foi um erro com graves prejuízos para o município deixar renovar o contrato com a Resopark, considero que é um erro entregar a exploração dos parques subterrâneos a terceiros e considero um erro ainda maior o facto de pretenderem separar a exploração do estacionamento de superfície e subterrâneo.

Considero existir no estacionamento uma boa fonte de receita, pelas seguintes razões:

1 - Porque ao terminar o contrato com a Resopark, se a opção fosse a exploração por parte dos serviços iria permitir arrecadar mais 45% da receita com investimento reduzido, porque todos os equipamentos no final do contrato passaram a ser propriedade dos serviços, podendo de uma forma simples reajustar os recursos humanos por forma a rentabilizá-los, bastando fazer uma avença com uma empresa para a manutenção dos equipamentos. Com esta opção poderia e tendo em conta que o número de estacionamentos pagos se manteriam, por exemplo, ao nível de 2012, aumentava a receita em cerca de 110.000.00€

2 - Nos transportes entendo que se deve fazer uma análise detalhada aos custos de funcionamento, desde oficinas, manutenção de viaturas, combustíveis etc. para verificar se a melhor opção é continuar a fazer o serviço ou se devemos optar por outra solução, acautelando sempre a estabilidade dos funcionários.

Pelo exposto abstenho-me.”

Declaração de voto - CDU

A CDU fazia declaração de voto a declaração do vereador Luís Pargana, em reunião de Câmara, a qual dizia o seguinte:

“Portalegre sempre foi uma das poucas cidades do país com serviços municipais de transportes urbanos de passageiros, juntamente com Lisboa, Porto, Coimbra, Braga ou Aveiro. Também na gestão do ciclo urbano da água os Serviços Municipalizados de Portalegre consubstanciaram uma referência nacional, a que não é alheia a qualidade da água fornecida à população, captada em nascentes de excecional qualidade como é o caso dos Olhos de Água.

Infelizmente, essas características de referência têm vindo a esbater-se, em consequência de opções políticas erráticas e casuísticas que se acentuaram com a transferência das instalações dos SMAT para o edifício da Câmara Municipal, com influências muito negativas sobre os SMAT, provocando perdas de eficiência e rentabilidade e permitindo a promiscuidade de utilização de serviços, em claro prejuízo da empresa municipal.

Os resultados dessas opções começam a ser visíveis, com resultados de exercício negativos e sem a assunção correspondente por parte da Câmara.

Os documentos previsionais agora apresentados não são ainda os necessários para a inversão desta tendência e para a clarificação do setor.

A clarificação da missão, visão e valores dos SMAT, o “por que, o que e como?” da empresa municipal está ainda por definir. Continua a misturar-se a gestão da água e dos transportes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

serviços públicos imprescindíveis que justificam a existência dos SMAT, com a gestão do espaço público, que devia ser responsabilidade da Câmara Municipal, como é o caso do estacionamento, a reparação de ruas e até a manutenção de semáforos. E esta indefinição pode ser fatal para a sustentabilidade desta empresa municipal e para os serviços públicos que presta à população.

Apesar de tudo, não deixa de ser digno de nota o facto destes documentos previsionais estarem a ser presentes à Câmara para apreciação, no dia 19 de outubro, elaborados com rigor e profissionalismo, em contraste com o laxismo dos documentos previsionais da própria Câmara e outras entidades municipais, como é o caso MMPO e da Fundação Robinson, que em meados de outubro não viram ainda sequer iniciada a sua discussão no seio do executivo municipal.

Pelos motivos atrás referidos, abstenho-me nesta votação sublinhando a imprescindibilidade dos serviços públicos que os SMAT prestam ao nível das águas e transportes, e a necessidade de investimento nesses setores, de forma a garantir a sua qualidade. Sublinho ainda a urgência na clarificação da missão e objetivos dos SMAT, fazendo regressar à Câmara as competências que têm sido “empurradas” para esta empresa municipal e que têm contribuído para os seus resultados negativos e crescente asfixia financeira.

Declaração de voto - PS

O PS também fazia declaração de voto a declaração do vereador Pinto Leite, em reunião de Câmara, a qual dizia o seguinte:

“A razão da minha abstenção é por entender que este plano é bom do ponto de vista da eficiência embora não resolve os problemas dos SMAT a médio e a longo prazo porque o investimento é demasiado baixo.”

9 - Abertura de procedimento para concessão da exploração dos parques de estacionamento subterrâneos da Corredoura e S. Francisco;

- Deliberação de 13.07.2015 -

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes de 8 de julho de 2015 relativo à abertura de procedimento para a concessão da exploração dos parques de estacionamento subterrâneo da Corredoura e São Francisco. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Pinto Leite, Margarida Curinha e Luís Calado, com os votos a favor da Senhora Presidente, dos Vereadores António Landeiro e Dulce Reis, usando a Senhora Presidente o voto de qualidade, autorizar a abertura de procedimento para a concessão da exploração dos parques de estacionamento subterrâneo da Corredoura e São Francisco. -----

Dada a palavra à Presidente da Câmara esta disse estar explicitado no documento entregue o motivo que tinha levado àquela opção. No entanto, acrescentou que o procedimento em causa tinha a ver com o facto de os últimos resultados financeiros terem sido negativos e, por outro lado, também a dificuldade de afetação de recursos àquele serviço, a necessidade de renovação do equipamento técnico e informático do parque, assim como a falta de escala, a qual criava dificuldades na gestão do horário de funcionamento dos mesmos. Mais disse que o investimento seria significativo para a autarquia. -----

Jorge Isidro perguntou à Presidente da Câmara porque separou o estacionamento subterrâneo do de superfície. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara informou que a questão do estacionamento subterrâneo era diferente do estacionamento de superfície. Tinha sido uma opção tomada pelo executivo, apresentada pelos SMAT e entenderam que fazia todo o sentido ser um à parte do outro. -----

Jorge Isidro disse não entender a estratégia tomada e, na sua opinião, obviamente que era mais fácil para uma empresa privada rentabilizar o estacionamento na cidade se gerir os dois tipos. Realçou que a Câmara tinha tido a oportunidade de não deixar renovar o contrato com a Resopark, até porque todos os equipamentos revertiam a favor dos serviços municipalizados. Mais uma vez afirmou ser defensor que deveria ser a Câmara Municipal a gerir os parques de estacionamento, rentabilizando os recursos humanos. Também não entendia porque é que a Câmara não tinha lançado um concurso público, em vez de ter renovado o contrato com a Resopark. Todos sabiam que nos concursos públicos podia surgir mais competitividade e melhores propostas, que trariam vantagens para o Município e para os cidadãos. -----

A Presidente da Câmara disse que a empresa que tinha ficado com o estacionamento na parte superficial, também poderia concorrer ao estacionamento subterrâneo. -----

Cristóvão Crespo salientou que o deixava incomodado a forma como aquele assunto vinha a ser tratado, naquela assembleia. Se existia o final de um contrato de estacionamento de superfície, deveria ter sido feita uma avaliação, de forma integrada, para a autarquia encontrar a melhor solução para a exploração do mesmo. Entendia que tinha sido um processo mal conduzido, para os interesses do Município, o que era inaceitável. -----

Hugo Capote disse que para qualquer empresa seria mais atraente poder ter o estacionamento de superfície e a concessão dos parques subterrâneos. Não compreendia a resposta da Presidente da Câmara porque dificilmente iria haver mais empresas a concorrer. Obviamente que a Resopark era a única a ir ao concurso porque já tinha a “fatia” toda. Aquela era uma forma encapotada de dar a volta à lei dos mercados e à concorrência que podia haver e da qual a Câmara poderia beneficiar. Lembrou que a Presidente do Município, em vésperas de eleições, tinha dito que iria resolver o problema do estacionamento. No entanto deixou-o arrastar e chegar a uma altura em que foi obrigada a renovar o contrato com a mesma firma (Resopark), por mais oito anos, com todos os benefícios para a empresa e os prejuízos para a Câmara que dali resultariam. Não se compreendia a atitude. O voto da CDU seria contra. -----

No uso da palavra, Luís Testa já anteriormente ali tinha explicado, de forma alongada, porque é que o contrato de concessão ou o de prolongamento do estacionamento de superfície, com a empresa Resopark, tinham sido lesivos das finanças do município e dos interesses dos portalegrenses. Foi obviamente um ato de gestão danosa. Como se não bastasse tinham agora a colocação avulso no mercado da concessão do estacionamento subterrâneo. Todos percebiam que quando existia uma situação de monopólio relativo ao estacionamento pago, no concelho de Portalegre e quando se concessionavam pequenas bolsas de estacionamento, ainda que mais atrativas do ponto de vista de comodidade, para quem estaciona, mas que do ponto de vista comercial não tinham qualquer interesse. O interesse era só de quem já operava, de forma abusiva, no mercado. Portanto, aquele contrato de concessão só tinha um objetivo: fazer depreciar o preço da própria concessão. Acrescentou que muito provavelmente, o preço que se conseguia pela concessão do estacionamento subterrâneo seria muito superior àquele que a Câmara pretendia. Relativamente a empresas privadas que funcionavam através de favores o Partido Socialista votava contra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Jorge Isidro disse que a conclusão que se retirava daquela situação era que a única empresa que iria a concurso (Resopark) era a mesma que já explorava o estacionamento de superfície, com a vantagem de ser a própria a definir o que pretendia fazer. Perguntou à Presidente da Câmara quais tinham sido as vantagens para o Município em renovar o contrato com a Resopark em vez de lançar um concurso público. E, em segundo lugar, quais as vantagens em dividir o estacionamento de superfície do subterrâneo. -----

A Presidente da Câmara recordou que não era só a Resopark que podia concorrer ao concurso em causa. Não se sabia ainda se não iriam concorrer outras. No entanto, referiu que aquela empresa era detentora, a nível nacional, de cerca de 70% dos estacionamentos pagos. Quanto às condições estavam vertidas no caderno de encargos, pois a empresa não poderia utilizar da forma que quisesse. Foi, inclusive, feito um estudo económico, relativamente à rentabilidade daquele tipo de estacionamento. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro pôs em causa se o argumento da Câmara para aquela questão era que os parques davam muito prejuízo e que continuariam a ter os mesmos encargos com as pessoas que lá trabalhavam. Assim sendo, estavam a admitir que tinham sido maus gestores, porque para os privados os parques davam lucro. O referido estudo deveria ter ido àquela Assembleia, como justificação. Na documentação recebida estava somente uma minuta do contrato e a deliberação da Câmara. -----

A Presidente da Câmara disse ter solicitado aos serviços para que a documentação relativa ao trabalho tivesse sido enviada. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse que as suas questões não foram completamente respondidas e, posto isso, disse que iria fazer chegar à Mesa um documento, o qual gostaria de ver respondido, por escrito. -----

A Presidente da Mesa confirmou que a documentação foi enviada aos membros. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos contra (7 PS, 4 CDU, 2 PSD e J. Isidro) e 13 a favor (CLIP) em 27 presenças não aprovar a abertura de procedimento para concessão da exploração dos parques de estacionamento subterrâneos da Corredoura e S. Francisco.

António Ventura não estava na sala. -----

Declaração de voto - Independente (Jorge Isidro)

“Na qualidade de Membro da Assembleia Municipal como independente e conforme o regimento no artigo 47 utilizo o direito de apresentar declaração de voto em relação a ordem do dia desta assembleia realizada em 27 de Novembro de 2015, no ponto 9, Abertura de procedimentos para a concessão da exploração dos parques de Estacionamento Subterrâneo da Corredoura e S. Francisco.

Sou claramente a favor da gestão privada, mas neste caso concreto, pela situação económica em que a Autarquia se encontra e por forma a rentabilizar os recursos humanos, entendo que deve ser a Autarquia a fazer a exploração do estacionamento quer a superfície quer subterrâneo.

Não entendo a opção do município em estar a separar o estacionamento à superfície do subterrâneo, tendo tipo a oportunidade de concentrar todo o estacionamento e elaborar uma estratégia para o estacionamento em Portalegre, porque terminou em Agosto passado o contrato que existia com a empresa que explorava o estacionamento a superfície, a opção da autarquia foi deixar renovar o contrato, mesmo o contrato prevendo no artigo 5º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Equipamentos, Findo o prazo da concessão todo o equipamento instalado reverte para a posse plena dos serviços Municipalizados de água e transportes da Camara Municipal de Portalegre, sem que o concessionário tenha direito a qualquer indemnização.

Justifico esta minha preferência pelo facto de a autarquia estar a entregar 45% da receita do estacionamento a superfície, tendo a oportunidade de ficar com ela sem praticamente acrescer despesa.

Para isso ter acontecido era suficiente não renovar o contrato com a Resopre e assumir a gestão do estacionamento.

Com esta solução poderia organizar os recursos humanos de forma a rentabiliza-los sem acrescer custo, acrescentando unicamente os custos de uma avença para a manutenção dos equipamentos.

Estou em total desacordo com esta proposta para o estacionamento e não consigo perceber como é que uma autarquia com as dificuldades financeiras como é o caso se dá ao luxo de perder receitas.

Pelo exposto voto contra.”

10 - Relatório de monitorização - 2.º ano de implementação da ERU de Portalegre - para conhecimento;

- Deliberação de 02.11.2015 -

Presente Informação n.º 257, de 27 de outubro de 2015, da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística, relativo ao Relatório de Monitorização - 2.º Ano de implementação da ERU de Portalegre (ARU de Portalegre), a propor que a Câmara Municipal tome conhecimento do presente relatório de monitorização e que a mesma delibere o envio à Assembleia Municipal. A Câmara Municipal tomou conhecimento do relatório de monitorização. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório. -----

11 - 1.ª Revisão orçamental e às grandes opções do plano da Câmara Municipal para 2015;

- Deliberação de 19.11.2015 -

Presente 6.ª alteração orçamental e 6.ª alteração às grandes opções do plano da Câmara Municipal para o ano de 2015 - para ratificar. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana, a proposta A, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o despacho da Presidente de 24 de setembro de 2015, que autorizou o pedido. -----

A Presidente da Câmara disse que a revisão orçamental tinha a ver com o pagamento em que que a Câmara foi notificada, por sentença judicial, relativo ao caso do Centro de Artes e Espetáculos (CAEP), o qual já tinha sido ali debatido. Portanto, a Câmara tinha um prazo para pagar e foi feita uma alteração orçamental para o efeito. Acrescentou que, mais tarde, em reunião de Câmara se tinham apercebido de que não poderia ser através de uma alteração, mas sim de uma revisão orçamental, porque não estava a sair da rubrica correta. Era necessário ir àquela Assembleia, pois era o órgão que aprova as revisões orçamentais.-----

Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara se havia algum desenvolvimento dos inquéritos, nomeadamente da DGAL e da Inspeção de Finanças, sobre a dívida do CAEP. Salientou que apenas tinham conhecimento de que a decisão judicial não tinha sido abonatória para a Câmara. Recordou ali que a Câmara contestou uma dívida, que nunca tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

sido assumida e deliberada em reunião de Câmara, mas que, segundo contestação do banco em causa (BPI), tinha duas cartas de dois Presidentes de Câmara (anterior e atual) a reconhecer a dívida e a propor planos de pagamento para a mesma. Na altura, aquela Assembleia aprovou deliberações que iam no sentido de por em causa a legalidade daquela dívida e a atuação do banco.-----

A Presidente da Câmara informou que alguns técnicos da Câmara ainda teriam de ser notificados para serem ouvidos pela Polícia Judiciária, no âmbito daquele processo. Portanto, pouco mais poderia acrescentar do que aquilo, apenas que estava ainda a decorrer. -----

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou se a Presidente da Câmara estaria em condições de ali afirmar, com garantias, da legalidade daquela dívida. No fundo, a Câmara iria assumir uma dívida de meio milhão de euros, que foi chumbada pelo Tribunal de Contas e que resultava de um entendimento que pelos vistos nunca foi suficiente para que a Câmara da altura deliberasse a dívida. Politicamente, quem votasse favoravelmente aquela dívida, de legalidade duvidosa, iria assumi-la, mesmo sem terem nada a ver com a mesma. Era importante frisar que não poderiam ser todos responsabilizados mais tarde, civil e criminalmente, por aquele ato de gestão. -----

A Presidente da Câmara disse que não era jurista e portanto não podia dar pareceres jurídicos. O que sabia era que havia uma sentença do tribunal a reconhecer a dívida perante o banco e, portanto, ficava sanada a questão. Tal como já havia referido, nunca teve dúvidas de que uma coisa era o processamento da despesa e outra coisa era a dívida. Relativamente à dívida disse nunca ter tido dúvidas de que a mesma era devida perante o banco. Prova daquilo foi que a sentença referiu exatamente o mesmo. Disse ainda que estando sanada com a sentença judicial teriam de a pagar. -----

Luís Testa disse que quem representava o Município em juízo e fora dele era o Presidente de Câmara e a Presidente de Câmara, abusivamente, assumiu aquela dívida. Não bastava à Presidente, titular do órgão que ocupava, assumir a dívida, mas sim munir-se de uma deliberação. Portanto, nenhuma responsabilidade poderia atingir outros, que não a senhora Presidente da Câmara. Aquilo que estavam ali a votar era uma mera operação contabilística, era retirar de uma rubrica e meter noutra, porque a rubrica de onde saía o dinheiro estava errada. Quanto à responsabilidade civil, criminal e reintegratória recairia sempre sobre quem, de forma voluntária, tinha assumido a dívida, sem o poder fazer. Os membros daquela Assembleia só estavam ali a corrigir um mero erro contabilístico. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com **13 votos a favor (CLIP...)**, 10 abstenções (7 PS e 2 PSD e J.Isidro) e 4 votos contra (CDU), em 27 presenças, aprovar a referida revisão orçamental. -----
António Ventura não estava na sala.

Declaração de voto - CDU (Hugo Capote)

“A CDU vota contra pelas razões já manifestadas e que vêm de um passado, em que várias vezes nos manifestámos.

Não achamos que esta dívida seja legal. Desconfiamos muito, por razões que já aqui aponte e que nunca foram desmentidas - verdade seja dita - do processo que levou à construção, à idealização desta dívida.

Agora, aquilo que não podemos deixar de referir é que, para quem hoje fez uma defesa tão abnegada da diminuição da dívida e um tão acérrimo ataque a quem um dia lhe estendeu a mão e a convidou para uma lista, para a Câmara, ficava-lhe melhor uma defesa mais criteriosa das dívidas da Câmara e de que não tivesse de pagar tudo aquilo que lhe aparece.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Se calhar só tem de pagar algumas coisas que acha que deve.”

Declaração de voto - PS (Luís Testa)

“Única e exclusivamente para dizer que o Partido Socialista não pode votar a favor desta correção contabilística, porque aquilo que está na sua origem, do ponto de vista substancial, é aquilo que eu caracterizo como o maior embuste jurídico e financeiro do município.

É o maior logro que vem referido numa sentença judicial e que a seu tempo terá a sua conclusão.

Do ponto de vista objetivo e substantivo, aquilo que nós aferimos deste processo todo é tão exageradamente lesivo dos interesses do município que até o sistema informático teve alguma “comichão” em acertar na rubrica.”

12 - Prestação de serviços de seguros do segmento não vida - Repartição de encargos;

- Deliberação de 02.11.2015 -

Presente informação n.º 3316 do Serviço de compras e contratação pública, de 19 de outubro de 2015, informando que o valor da proposta referente ao procedimento “Ajuste direto - Aquisição de serviços de seguros do segmento não vida é de € 174 547,00 (valor do prémio para 2 anos). A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remete o assunto à Assembleia Municipal.-----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que aquele ponto tinha a ver com um concurso que foi feito para os seguros da Câmara, mas através da comunidade intermunicipal.

Cristóvão Crespo perguntou se aquela deliberação não seria sujeita a deliberação na Câmara.

A Presidente da Mesa informou que havia deliberação camarária era a de remeter para a Assembleia, pois era quem tinha competência para aprovar, sendo encargos plurianuais, nos termos da lei dos compromissos. Contudo, não estava vertida a votação na deliberação de Câmara.-----

A Presidente da Câmara pediu a palavra e disse que estava vertida no carimbo, a deliberação de Câmara.-----

Luís Testa perguntou à Presidente se não se importava de esclarecer com os vereadores qual tinha sido o espírito daquela deliberação, se foi, ou não, aprovada a adjudicação.-----

A Presidente da Mesa disse que apesar de a deliberação não estar perfeitamente explícita tendo sido considerado pela presidente e vereadores que a tinham votado iria tomar como boa que havia uma deliberação positiva, por unanimidade e que iriam passar à votação.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o assunto.

António Ventura não estava na sala.-----

13 - Prestação de serviços de seguros do segmento não vida dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes - Compromisso plurianual;

- Deliberação de 02.11.2015 -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, de 06 outubro de 2015, a remeter informação relativa à prestação de serviços de seguros do segmento não vida - Ajuste direto - autorização prévia para assunção dos compromissos. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a referida prestação de serviços. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o assunto.

António Ventura não estava na sala. -----

A Presidente da Mesa colocou ao plenário uma questão que lhe havia sido presente, já depois da elaboração do edital e que por isso não constava da ordem de trabalhos, que se prendia com um eventual investimento na zona industrial.

Sobre o assunto - levantamento de um ónus, que só terminava em agosto de 2016, houve deliberação da Câmara e se fosse entendido que o assunto era urgente e reunisse os 2/3 necessários, a deliberação que iria passar a ler, seria colocada à Assembleia para apreciação e eventual votação:

“Presente informação n.º 3182 do serviço de finanças/património de 07 de outubro de 2015 a remeter pedido de autorização para arrendar parte das instalações que construiu no lote 354/355 na Zona Industrial de Portalegre requerido por João Carlos Dinis Candeias.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar o pedido para a cedência de parte das instalações (armazém), construídas no lote 354/355, na Zona Industrial de Portalegre, exclusivamente, para a instalação de uma empresa de produção de cerveja artesanal. Mais deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal para, a título excecional, autorizar a cedência de parte das instalações sem aplicar o ónus previsto no n.º 2, do art.º 9.º, do regulamento da venda de lotes de terreno para implantação de instalações industriais, comerciais e/ou serviços e equipamentos de utilização coletiva, da zona industrial de Portalegre, de reembolsar a Câmara no valor de 35.356,50€, que resulta do valor correspondente à diferenciar entre o custo do lote de terreno e o seu real valor, estimado em dez vezes o custo por metro quadrado, até dez postos de trabalho, constante dos quadros 1 e 2 do anexo ou regulamento, dado que o prazo de sete anos de impedimento de transmissão do bem termina em agosto de 2016.”-----

Luís Testa perguntou que tipo de cedência se tratava.-----

A Presidente da Mesa frisou que o requerente tinha feito um pedido de arrendamento, mas a deliberação do executivo, por unanimidade, só referia cedência, sem a tipificar, pois era o que o Regulamento previa. -----

Luís Testa disse que, naquele caso, não havia prejuízos evidentes para o município. Acrescentou que aquela casa já tinha sido ludibriada três vezes. Já tinha havido pedidos de desoneração que resultaram em lucros avultados de empresários que deveriam ter investido, mas que venderam os lotes; já tinha havido empresários que pediram também a desoneração dos lotes para se financiarem junto da banca, depois dos investimentos feitos, mas que depois de algum tempo nem empresário, nem investimento e o banco ficou sem o dinheiro.

Assim e apesar das cautelas em relação a matérias daquelas, salientou que o regulamento previa um ónus porque os lotes em causa foram infraestruturados com fundos comunitários e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

o preço dos mesmos tinha um valor muito inferior ao valor de mercado. Mais referiu que os lotes estavam onerados para evitar uma possível especulação no mercado de arrendamento.

Perguntou à Presidente se tinham feito as diligências necessárias e perguntado se não haveria alguma lesão, do ponto de vista do mercado do arrendamento de equipamentos do mesmo género, em Portalegre. Certamente que havia empresários que tinham armazéns para arrendar e que não tinham beneficiado dos apoios à construção e que, devido a tal, poderiam estar a praticar um preço superior àquele que ali ia definido. -----

Hugo Capote disse que também se lembrava de dois dos três casos em que aquela questão se colocou. Perguntou se aquele valor dos 35.356,50€ decorria do regulamento Salientou que nos exemplos anteriores não existia qualquer tipo de compensação à Câmara. Aquele caso era, obviamente, de proporções inferiores e mesmo que houvesse algum dano para a Câmara, não lhe parecia tão gravoso como os outros. Perguntou se foi iniciativa voluntária do dono do lote compensar a Câmara pela desoneração do seu lote, permitindo fazer negócio com quem lhe propôs arrendar o lote ou foi decorrente do regulamento. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse ter conhecimento das situações ali mencionadas e ocorridas no mandato anterior, não no seu. No entanto, naquela questão em concreto, afirmou que resultava diretamente do regulamento da zona industrial. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro lembrou que a zona industrial tinha sido construída com base num financiamento comunitário e, por tal razão, não podia apresentar lucro. Numa primeira fase os lotes tinham sido vendidos a 5€ o metro quadrado e houve uma altura em que a Câmara foi chamada à atenção que estava sujeita a ter de devolver as verbas comunitárias porque o dinheiro que estava a receber dos lotes estava a gerar lucro e, na altura, recordou que o preço dos lotes foi reduzido para 1€ o metro quadrado. Portanto, naquela situação em concreto, todas as verbas que viessem a reverter para a autarquia, tinha dúvidas se poderiam entrar num bolo de lucro ou se ficavam sujeitas a serem devolvidas. -----

Miguel Serafim chamou a atenção para o facto de na deliberação estar mencionado que o valor seria sem a aplicação do ónus. -----

Raúl Cordeiro disse ter reparado que no requerimento feito à autarquia, o proponente, a determinada altura, referiu existir apenas uma restrição quanto à venda ou cedência apenas do lote 354. -----

A Presidente da Câmara esclareceu que um dos lotes ainda tinha ónus e o outro já não tinha. --

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, aprovar a introdução do referido assunto.

Não estavam na sala António Ventura e Francisco Carriço. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, aprovar a cedência de parte das instalações construídas por João Carlos Dinis Candeias no lote 354/355, da Zona Industrial de Portalegre. -----

Não estavam na sala António Ventura e Francisco Carriço. -----

Declaração de voto - PS (Luís Testa)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“Para fazer fé que o investimento corra bem e que sejam atingidos os objetivos do empresário, pois Portalegre bem precisa e que, no fundo, aquela Assembleia Municipal concedia o reforço e a confiança a quem queria investir cá.”

Aprovação em minuta:

A Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos vinte seis membros presentes na sala-----
Não estavam na sala António Ventura e Francisco Carriço.-----

Faltas: Não houve faltas a registar.-----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar foi, pela Presidente da Mesa, encerrada a 12.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 01.50 h, do dia 28 de novembro do ano de 2015 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----